

# DOSSIÊ DIREITA E CLASSES DOMINANTES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

## Ampliando e Privatizando o Estado: o Binômio Embrapa – Abag

Sonia Regina de Mendonça<sup>1</sup>

### Apresentação

A principal contradição inerente às políticas estatais de pesquisa agropecuária praticadas no Brasil até nossos dias é a que contrapõe dois paradigmas: um, direcionado às demandas dos grupos dominantes agroempresariais ligados ao hoje chamado agronegócio e outro, destinado a atender a pequenos produtores abastecedores do mercado interno. Essa tensão não é nova e deve ser vistas como instituinte da própria política de pesquisa agropecuária inaugurada no país no decorrer dos anos 1930, a partir da criação do Centro Nacional de Pesquisa Agrícola, sob a égide do projeto nacionalizador do então presidente Getúlio Vargas. A historiografia especializada na temática costuma reduzir tal contradição ao embate entre as tendências denominadas “produtivista” e “não-produtivista”, como se a pesquisa agropecuária destinada a pequenos e médios produtores carecesse, em si mesma, da eficiência atribuída àquela voltada para o grande agroempresário. Ademais, tal dicotomização “naturaliza” escolhas que são *políticas*, redundando em análises que desviam o olhar do que é dialético e dinâmico e transformando o objeto em refém da “tecnologia”, promovida ao *status* de entidade autônoma, descarnada de relações sociais e “protagonista” dessas políticas.

Para compreendermos as transformações imprimidas à política estatal de pesquisa agropecuária no Brasil recente, é necessário apresentar o contexto de fundação da Embrapa, instituição emblemática de todo esse processo. Criada em 1973, junto ao Ministério da Agricultura (MA), ela resultou da disputa entre duas entidades patronais da agroindústria de perfil diverso. Até sua criação, vários organismos ministeriais incumbiram-se da atividade<sup>2</sup>, todos com seus quadros de primeiro escalão disputados por representantes de ambas as agremiações: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Todavia é possível afirmar que, entre 1930 e 1962, os dirigentes dos órgãos de pesquisa agrícola pertenceram, em sua maioria, à SNA, pautando suas ações pelo viés diversificador e favorecedor de pequenos/médios produtores rurais, haja vista sua mais longa

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em História -UFF; CNPq.

<sup>2</sup> Dentre esses órgãos pode-se citar o Centro Nacional de Pesquisa Agrícola, criado por Vargas na década de 1930, substituído em 1962 pelo Serviço Nacional de Pesquisa Agrícola, pelo Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária fundado em 1965 e dirigido por Ady Raul da Silva (conselheiro da SNA); além do Escritório de Pesquisa e Experimentação de 1967 e do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (Dnpea), criado em 1971, todos eles órgãos da administração direta do MA.

demanda: a “farmerização” do campo visando criar uma espécie de “colchão amortecedor” dos conflitos sociais<sup>3</sup>.

As mudanças no padrão de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, desde os anos 1970, foram marcadas pela constituição dos distintos ramos do que se convencionou chamar de Complexos Agroindustriais (CAIs)<sup>4</sup>, responsáveis pela imbricação/subordinação da agricultura à indústria, bem como pela definição de novo patamar técnico para a produção. E os órgãos de pesquisa agropecuária do MA não estiveram imunes às alterações defendidas, sobretudo, por uma nova entidade patronal, a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), responsável pela fundação, em 1993, da agremiação até hoje hegemônica no país: a Abag (Associação Brasileira de Agribusiness, atualmente Agronegócio). A implantação da Embrapa adveio de uma tensão: de um lado, ela foi favorecida pela conjuntura específica de desenvolvimento do capitalismo no país em plena ditadura civil-militar; de outro, face ao prestígio ainda detido pela SNA, ela decorreu de sofisticada estratégia política adotada pela SRB e OCB interessadas em substituir a política em curso, mediante operações desqualificadoras da gestão da pesquisa agropecuária como até então dirigida. Logo, a industrialização da agricultura brasileira beneficiaria os empresários agroindustriais de ambas as agremiações, já que um novo programa de Pesquisa Agropecuária se impunha como exigência para a capitalização do campo, embalada pelo regime militar e pelos novos grupos dominantes que lhe haviam prestado apoio e agora cobravam sua dívida.

Expressão desse conflito que resultou na fundação da Embrapa foi a nomeação, pelo Ministro da Agricultura, Ruy Cirne Lima<sup>5</sup>, em 1970, de uma Comissão de Alto Nível, incumbida de avaliar a situação da pesquisa agropecuária e redefinir suas prioridades. Vale analisar a composição da Comissão. Presidida por Ivo Torturella (presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária), contava com outros 07 integrantes: Mozart Liberal (funcionário do extinto DPEA e membro da SNA), Salomão Aranovich (funcionário de carreira do MA desde 1951); Otto Lyra Schreider (agrônomo, pecuarista fluminense, Conselheiro e 3º vice-presidente da

---

<sup>3</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997 e *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

<sup>4</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Classe Dominante Agrária: Natureza e comportamento (1964 – 1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

<sup>5</sup> Gaúcho, agrônomo especializado nos Estados Unidos, Cirne Lima foi nomeado Ministro da Agricultura em 1969 após posse do presidente Médici onde, desde 1970, enfrentou conflito aberto com o ministro da Fazenda, Delfim Neto, em torno da taxaão às exportações de carne que este pretendia implantar – não fosse ele próprio grande pecuarista e dirigente de entidade patronal do grupo. Entre 1972-78 foi membro do *Board of Trustees* do Centro internacional de Melhoramento do Milho e Trigo sediado no México. Em 1973 pediu demissão do cargo, graças à contenda com Delfim Neto. Desde 1977 integrou o conselho administrativo da Gazeta Mercantil e foi diretor da Empresa Agropecuária Plantel, ambas do grupo de Herbert Levy. BELOCH, Israel e ABREU, Alzira. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1993)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 5 vol. pp. 2.123.

SNA entre 1970 e 1990), Antonio Secundino São José<sup>6</sup>, Clibas Vieira<sup>7</sup>, Carlos Arnaldo Krug<sup>8</sup> e Plínio Cordeiro Molleta (Diretor do Serviço de Economia Rural do MA entre 1961-67).<sup>9</sup> A Comissão demonstra delicado equilíbrio de forças em sua montagem pois tinha sete membros, sob a presidência de um *tertius* “neutro”, ligado à Sociedade Brasileira de Veterinária. Ademais, ela congregava “dois blocos” de integrantes: um, composto por funcionários de carreira do Ministério que, além de dirigentes da SNA, eram *experts* em suas respectivas áreas de atuação; o outro, era formado por empresários, representantes do grande capital, demonstrando como agroindustriais e financistas fortemente conectados aos interesses dos Estados Unidos, inseriram-se junto ao MA no momento da redefinição da política de pesquisa agropecuária, para eles estratégica. A vitória do bloco “empresarial” depreende-se do Relatório oriundo da Comissão que considerou apenas três pontos “positivos” contra sete “negativos” na avaliação do estado da pesquisa no país, sobretudo a ausência de pessoal qualificado; a falta de incentivo aos pesquisadores devido a baixos salários; a insuficiência e irregularidade na distribuição de seus recursos e, principalmente, a *falta de autonomia financeira e administrativa*, axial para a estruturação da Embrapa<sup>10</sup>.

Uma Comissão integrada por empresários do setor de insumos agrícolas de peso não poderia legar resultados distintos posto que, sob sua ótica, a pesquisa agropecuária somente poderia ser alterada “*mediante a íntima colaboração entre entidades governamentais e empresas privadas, fornecedoras de capital*”<sup>11</sup>, pavimentando o caminho da Embrapa. A Comissão legou 18 recomendações para reestruturar o Sistema de Pesquisa Agropecuária, das quais duas merecem destaque: 1) a criação de um Conselho Superior de Pesquisa Agropecuária, cuja metade deveria ser composta “*por elementos estranhos ao Ministério, escolhidos entre elementos de notório saber*”<sup>12</sup> e 2) a concessão de *autonomia administrativa e financeira* aos órgãos

---

<sup>6</sup> Antonio Secundino São José era mineiro, fazendeiro e agrônomo pela Escola Superior de Viçosa. Foi Chefe do Departamento de Genética, Experimentação e Biometria da Escola e em 1937, com a ajuda de seu diretor, o geneticista norte-americano Dr. John B. Griffing conseguiu bolsa de pós-graduação na *Iowa State University*. Em 1945, juntamente com 4 sócios estadunidenses criou empresa dedicada a experiências com milho híbrido: a Agroceres Ltda, apoiada por subsidiária da IBEC, empresa de propriedade de Nelson Rockefeller, sendo que em 1951, Agroceres e IBEC fundiram-se, gerando a Sementes Agroceres S/A.

<sup>7</sup> Paulista, fazendeiro, agrônomo pela UFV em 1952, obteve o título de **Magister of Science** em Agronomia na Universidade da Califórnia. Foi consultor de pesquisas com a cultura do feijão na USAID, no Centro Internacional de Agricultura Tropical, Centro de Energia Nuclear na Agricultura e na *Michigan State University*/Usaid, na África Austral. Com a fundação da Embrapa, ocuparia o cargo de Chefe do Departamento Técnico Científico, em 1974.

<sup>8</sup> Paulista, agrônomo, recebeu bolsa de estudos para especializar-se em genética e citologia na Universidade de Cornell, tendo sido o primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Genética e diretor do Instituto Agronômico de Campinas.

<sup>9</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório da Comissão de Alto Nível sobre a pesquisa agropecuária brasileira. Brasília: SIA, 1970, p. 5.

<sup>10</sup> Idem, pp. 11-15.

<sup>11</sup> Idem, p. 21.

<sup>12</sup> Idem, p. 23, grifo meu.

de pesquisa do MA<sup>13</sup>. Tais recomendações são significativas, a começar pela proposta de um Conselho Superior aberto à indicação de empresários privados e representantes de bancos. Também a autonomia financeira e administrativa proposta favoreceria o ingresso de capitais e empresas privadas junto ao órgão estatal de pesquisa agropecuária. Em suma, propunham-se como pré-condições para a criação da Embrapa, mecanismos favoráveis à *privatização da pesquisa agropecuária no Brasil*.

Vale lembrar que, concomitantemente ao funcionamento da Comissão, a pesquisa estatal estava a cargo do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (Dnpea), presidido pelo dirigente da SNA Roberto Meirelles de Miranda<sup>14</sup> que recém apresentara seu Programa Quinquenal, priorizando tecnologias específicas para produtos como arroz, feijão, milho e sorgo, evidenciando preocupação com o abastecimento interno<sup>15</sup>. Surpreendentemente, no parágrafo final do documento, Meirelles anuncia que o Dnpea seria extinto, posto ter sido assinada, em dezembro de 1972, a Lei nº 5.851, criando a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que funcionaria como Empresa pública da *administração indireta*, ampliando sua capacidade de solucionar os problemas da agricultura brasileira. No mesmo parágrafo, afirmaria que a fundação da nova agência foi “um projeto *do interesse pessoal do Ministro Cirne Lima*”<sup>16</sup>, “pressionado” para fundar a Embrapa. A notícia soa cabível, considerando que o Ministro era sócio proprietário de inúmeras fazendas, assessor de dezenas de grandes pecuaristas gaúchos, tendo presidido a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, dela fazendo porta-voz da industrialização da agricultura.

### **Embrapa: perfil de trajetória**

Os Estatutos da Embrapa foram aprovados em 1973 e, na Exposição de Motivos encaminhada ao então Presidente General Emilio Garrastazu Médici, os Ministros Cirne Lima (Agricultura) e Reis Veloso (Planejamento) salientaram que a alternativa de transformar a Empresa num *órgão de administração indireta*<sup>17</sup> partiu da “ideia de que esse tipo de instituição, por seus próprios fundamentos legais, conta com condições essenciais e intrínsecas para *dar flexibilidade e eficiência àqueles aspectos relacionados com a captação e manejo de recursos financeiros e*

---

<sup>13</sup> Idem, p. 24, grifo SRM.

<sup>14</sup> Roberto Miranda, *Master of Science* em Zootecnia pela *Iowa State University*, foi Presidente da Sociedade Brasileira de Criadores de Zebu (1969-70); membro da Sociedade Brasileira de Agronomia, da Associação Latino Americana de Produção Animal (Alpa), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da *Internacional Goat Association*, da *American Dairy Science Association*, dentre outros. RODRIGUES, Cyro M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão Tecnológica*. Brasília: 4 (3), 205-254, set/dez, 1987, pp. 218-220.

<sup>15</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. *Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. Décima Primeira Reunião de Diretores da Pesquisa Federal*. Brasília: Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária. 1973, p. 234.

<sup>16</sup> Idem, p. 54, grifos na fonte.

<sup>17</sup> Os órgãos estatais da administração indireta contam com *total autonomia* para contratar serviços, cancelá-los, escolher os prestadores dessas atividades, etc. Daí a importância, no organograma da Embrapa desde sua fundação, da participação de *empresas privadas*, ao lado de universidades.

*humanos*”<sup>18</sup>. Segundo o ex-presidente da Empresa, Murilo Flores Filho, numa argumentação altamente ideológica, estava claro que os órgãos precedentes, baseados na administração direta, haviam falhado, por não terem “*sensibilizado as lideranças brasileiras para o papel da Ciência no desenvolvimento da Agricultura. Como consequência, o orçamento para pesquisas não acompanhou o ritmo inflacionário e não atraiu os melhores talentos*”.<sup>19</sup> A afirmativa demonstra o quanto a criação da Embrapa obedeceu muito mais a fatores *políticos*, do que *técnicos*. Além da pressão exercida pelos grandes capitais industriais e financeiros privados, nacionais e estrangeiros, a escolha do novo estatuto jurídico da agência foi uma resposta aos interesses de “*exploração monopólica da atividade econômica pelo Estado*”<sup>20</sup>. Para os defensores da nova figura legal, a Pesquisa não seria “*atividade típica da Administração Pública*”<sup>21</sup>. Ademais, os órgãos de pesquisa agropecuária anteriores sempre contaram com perfil descentralizado e gerador de múltiplas informações, ao passo que o “*modelo Embrapa*” seria altamente centralizado, visando selecionar atividades / produtos em dimensão nacional e “*deixando de contemplar os interesses mais específicos de realidades locais, bem menos importantes*”<sup>22</sup>. Por tal razão não deveria caber ao Estado restrito assumir integralmente a pesquisa agropecuária, mas, sim, firmar *parcerias* com governos estaduais e, sobretudo, *empresas privadas*, negando cabalmente o paradigma de pesquisa adotado desde a década de 1930.

Segundo alguns autores, o “*modelo Embrapa*” baseou-se em cinco princípios, dois dos quais merecem destaque: o intenso relacionamento da pesquisa com a iniciativa privada na qualidade de fiscalizadora e sinalizadora das demandas e sua flexibilidade administrativa para captar recursos via convênios e contratação de serviços<sup>23</sup>. Com isso, em seus primeiros anos de funcionamento a Embrapa privilegiou a geração de *pacotes tecnológicos*<sup>24</sup>, indutores do uso intensivo de insumos modernos, coerentemente aos interesses dos grupos que lutaram por sua fundação. Os pacotes seriam difundidos pela assistência técnica incorporando as inovações recomendadas aos agricultores. Entretanto, as agências de crédito somente financiavam projetos agropecuários formatados segundo o receituário dos pacotes,

---

<sup>18</sup> *Apud* GASTAL, E. Fontoura. *O enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária*. Brasília: UnB, 1977, (Dissertação Mestrado), p. 121, grifo no original.

<sup>19</sup> FLORES FILHO, Murilo X. *et alii*. *Pesquisa Agropecuária no Brasil*. Brasília: Embrapa/Secretaria de Administração Estratégica, 1991, p. 17.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 18, grifo no original.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>23</sup> RODRIGUES, *op. cit.* p. 239.

<sup>24</sup> “*Os pacotes tecnológicos consistiam num conjunto de práticas/procedimentos técnicos que se articulavam entre si e eram utilizados indivisivelmente na lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. O pacote tecnológico correspondia a uma linha de montagem, onde o uso de certa inovação técnica ou insumo industrial exigia o emprego de uma inovação anterior, bem como a utilização de uma inovação posterior, fazendo com que a combinação insumos-máquinas não pudesse ser interrompida. Por certo, o pacote seria igualmente um meio de transferir a utilização de padrão técnico internacional devido à mundialização do processo produtivo*”. AGUIAR, Ronaldo C. *Abrindo o Pacote Tecnológico – Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil*. São Paulo /Brasília: Pólis /CNPq, 1986, p. 17, grifo no original.

ao menos até fins dos anos 1970, quando diminuiriam, demonstrando que o estoque de conhecimentos gerados pelo Dnpea se esgotara, sem que as novas unidades de pesquisa da Embrapa houvessem encontrado a propalada “metodologia inovadora”. A organização da Empresa, calcada na criação de Centros Nacionais por Produtos, foi uma tentativa de reproduzir as funções desempenhadas por grandes centros internacionais de pesquisa agropecuária, como o CIMMYT (sigla espanhola do Centro Internacional de Melhoramento de Milho e /Trigo do México) e o IRI, ambos mantidos pela Fundação Rockefeller. Para seus dirigentes, os Centros configuravam um modelo organizacional que facilitaria as articulações Brasil-mundo, já que os Centros internacionais forneceriam material genético, equipamentos e referências técnicas<sup>25</sup>.

Como toda “modernização” traz consigo desigualdades, sobretudo de cunho técnico, a modernidade viabilizada pela Embrapa resultaria na internacionalização da agricultura e sua inserção no jogo da ditadura. Como exemplo, cito o crescimento da tratorização no campo nos anos 80, da ordem de 6.500%, apesar de 52% desses tratores concentrarem-se em apenas 2,6% dos estabelecimentos, não por acaso, com mais de 100 hectares<sup>26</sup>. Vale ressaltar que a tecnologia também instituiu-se em instrumento de *concentração fundiária*, já que a propriedade da terra era a virtual garantia para obtenção dos créditos subsidiados fornecidos pelos bancos para a aquisição dos “pacotes”, dívida esta nem sempre suportada por pequenos e médios produtores. O Censo Agropecuário de 1995/96 identificou a queda no número de estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares (consideradas familiares), em relação a 1985, demonstrando que estas passaram de um total de 5 milhões, para 4 milhões, em 1995<sup>27</sup>. As expulsões violentas e a minifundização viabilizadas com suporte estatal favoreceram a capitalização das grandes propriedades, conduzindo à monetarização da força de trabalho, ao estrangulamento da pequena produção e ao empobrecimento das massas rurais. Gerou-se um quadro de efervescentes movimentos sociais no campo que produziram formas de manifestação política até hoje existentes, como os eventos anuais “Grito da Terra” e “Grito dos Excluídos”<sup>28</sup>.

Em meados dos anos 1980, no alvorecer da Nova República, a Embrapa tornou-se alvo de severas críticas por privilegiar o consumo de insumos industriais e aprofundar o atrelamento da agricultura aos complexos agroindustriais (CAIs) controlados pelo capital internacional. Para alguns autores a Empresa era autoritária e centralizadora<sup>29</sup> e, impondo a pesquisa por produto, conflitava com a dimensão continental do país, que requeria a regionalização da pesquisa. Significativamente, somente em 1985 o pequeno produtor apareceria, *pela primeira vez*, como prioridade

---

<sup>25</sup> Idem, p. 48.

<sup>26</sup> Idem, p. 92.

<sup>27</sup> BRASIL. IBGE. *Censo Agropecuário de 1995-1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, n. 15, p. 345.

<sup>28</sup> DEMINICIS, Rafael B. & DEMINICIS, Bruno B. De que Agricultura Familiar Estamos Falando? *InterScience Place*. v. 2, n° 08, jul/ago, 2009: pp. 22.

<sup>29</sup> ROSSETTO, Carlos Jorge. Modelo Institucional de pesquisa agropecuária no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo: v. 37, n° 5, out. 1985, p. 31.

no *discurso do órgão*<sup>30</sup>, tentando fazer crer que, ao contrário do que pregava o modelo de “inovação induzida”, o desenvolvimento tecnológico das unidades de produção familiar se daria em consonância com suas reais necessidades, sabidamente uma inverdade. Paralelamente, a nova Constituição de 1988, ao redefinir parâmetros para o federalismo brasileiro<sup>31</sup>, fortaleceria estados e municípios, implicando na retirada do Estado nacional de atribuições que, em teoria, seriam melhor desempenhadas pela iniciativa privada. Era preciso rediscutir o papel da Embrapa, atendendo às chamadas “*reais necessidades da sociedade, promovendo um salto qualitativo ‘socialmente mais justo’*”<sup>32</sup>.

Apesar do discurso ideologizado, no decorrer da década de 1990 e *posteriormente à fundação da Abag*, o II Plano Diretor da Embrapa (1994 -96) previu dezesseis Programas de Pesquisa dos quais apenas *um*, para a agricultura familiar<sup>33</sup>, sem contar com a queda significativa, em seu orçamento, do montante dedicado à pequena produção<sup>34</sup>. Todo o quadro se aprofundaria com a reformulação institucional imposta à Embrapa pelo III Plano Diretor (2000-2003), cujas metas consistiram em retornar à descentralização administrativa e adequar a agricultura à globalização e à revolução tecnológica<sup>35</sup>. Segundo o documento

Há forças impulsionadoras específicas ao agronegócio que afetam diretamente as ações de pesquisa e desenvolvimento agropecuário (...). Com isso, no caso da agricultura, *muitos produtores de subsistência ou em transição para o mercado, principalmente os pequenos, por não conseguirem se integrar a ele, foram dele excluídos*, representando um alto custo social. Como parte desse processo *surgem movimentos sociais organizados com reivindicação por acesso a terra*<sup>36</sup>

O novo Plano igualmente apregoaria apoio estatal a pequenos produtores, mas somente no sentido de organizá-los e integrá-los ao mercado, tentando neutralizar sua mobilização política de modo a beneficiar ao agronegócio, especialmente diante de dois aspectos: o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a criação da Abag (1993). Porém, na medida em que o contraste entre o alto grau de exportação de *commodities* e a desnutrição vigente no interior do país se aprofundava, sem a Embrapa sanar o problema, seria implantado, em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dotado de linha de crédito para atividades

<sup>30</sup> E isso ocorreu na publicação intitulada *EMBRAPA. MEMÓRIA – I Jornada de Difusão de Tecnologia de 1984*. Cruz das Almas: 1985, p. 34.

<sup>31</sup> MENDONÇA, Sonia R. de & FONTES, Virginia. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 6ª ed., 2006.

<sup>32</sup> FLORES FILHO, op. cit. p. 31.

<sup>33</sup> EMBRAPA. *II Plano Diretor*. Brasília: Embrapa-SPI, 1994, p. 37.

<sup>34</sup> Cf. VASCONCELOS, Helenira Marinho e PAIVA, Francisco de Assis. *Prioridade de pesquisa para agricultura familiar: discursos que se renovam práticas que se adiam*, 2004, p. 78. <http://www.cnpat.embrapa.br>, acessado em 10/07/2013.

<sup>35</sup> EMBRAPA. *III Plano Diretor: 2000- 2003*. Brasília: Embrapa, 2001, pp. 9-14.

<sup>36</sup> Idem, p. 34, grifo na fonte.

agropecuárias desenvolvidas com o emprego direto da força de trabalho do agricultor. Ressalte-se que o Pronaf resultou da pressão de movimentos sociais rurais organizados (sobretudo MST e Contag) sendo por eles considerado uma grande vitória, apesar de também vincular-se ao Ministério da Agricultura. Os sérios desentendimentos políticos intraministeriais – Embrapa *versus* Pronaf - levariam à criação de nova Pasta, em 1999: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, assumindo o Pronaf, provocou a insatisfação das entidades agroempresariais, como o aponta o então presidente da Abag, Roberto Rodrigues:

o problema não é que exista o Pronaf. O problema não é que exista o MDA. Acho errado, mas não é o problema. O problema é não ter uma estrutura negociada de políticas públicas consistentes. [...] *Fernando Henrique Cardoso fez a grande burrice de criar um ministério para a agricultura familiar. Foi uma burrice inaceitável dele, não ter fortalecido o Ministério da Agricultura* <sup>37</sup>

O perfil dos titulares da nova Pasta divergia bastante daquele dos Ministros da Agricultura pelo fato de serem, em sua maioria, profissionais liberais vinculados a movimentos sociais ou sindicalistas<sup>38</sup>. Neste contexto os dirigentes da Embrapa definitivamente “capitulariam” à pressão política sobre ela exercida pelo binômio Abag - Pensa<sup>39</sup>.

### **O Binômio Abag/ Embrapa**

A Abag surgiu em maio de 1993, presidida pelo então diretor da OCB, Ney Bittencourt de Araújo, também dirigente da SRB e legitimado por sua própria trajetória<sup>40</sup>, compatível com o perfil desta autointitulada “corporação agrária de novo

---

<sup>37</sup> *Apud* SANTOS, Fábio Pereira dos. *Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011, p. 302 (tese doutorado).

<sup>38</sup> Os Ministros do Desenvolvimento Agrário do período abordado foram *Raul Jungmann* (1999 - 2002) – dirigente do Partido Popular Socialista e titular do Ministério Extraordinário de Política Fundiária; *José Abrão* (2002) – paulista, advogado e professor universitário e os gaúchos *Miguel Rossetto* (2003– 2006) – sociólogo e presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Pólo Petroquímico de Triunfo entre 1986-1992, dirigente da CUT e *Guilherme Cassel* (2006–2010) - engenheiro civil e dirigente do PT na gestão petista no RGS.

<sup>39</sup> O **Pensa** (Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial) foi criado em 1990 por Décio Zilberstein – amigo de Araújo - antes da fundação da Abag, de modo a funcionar como seu “braço acadêmico-ideológico”. Sediado da FEA-USP, ele refletiu o investimento de empresários agroindustriais para quem a globalização estaria impondo ao agribusiness “*um confronto estratégico com os grupos internacionais*”. Portanto, era chegado o momento de o empresariado do agribusiness assumir uma nova postura, tornando-se mais ofensivo; aprendendo a tomar iniciativas e tendo uma visão mais estratégica dos “*mercados, dos impostos e dos negócios*”. (BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, senhores da Guerra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997, p. 123). Com isso, parte expressiva da academia paulista, mormente a FEA, passou a produzir estudos e pesquisas sob encomenda para a Abag e empresas associadas.

<sup>40</sup> Mineiro; agrônomo; diretor das empresas Sementes Agrocere S/A; Sementes Hortícolas S/A e Agrocere Importação, Exportação, Comércio e Indústria S/A, além de ter sido presidente da poderosa Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudas (Abrasem), Bittencourt foi

tipo”. Seus fundadores justificaram-na a partir de dois pontos: a constatação da existência de uma “nova agricultura” no país posto já ter-se desenvolvido a agroindústria e a imperiosa necessidade de estabelecerem-se novos canais de representação política setorial, condizentes com seu peso econômico. A fundação da Abag também pode ser vista como uma reação dos empresários da agroindústria à “incompetência” das agências estatais no enfrentamento da crise econômica brasileira em geral e agrícola, em particular. A “miopia” por eles atribuída ao Estado respondera pela estagnação das atividades agroindustriais, impondo-se a “transferência”, *para as agremiações de classe*, da solução do problema.

Por certo, a Abag foi muito mais um *pool* de empresas do que uma entidade patronal propriamente dita, inaugurando novo tipo de modalidade associativa no país, politicamente poderosa e apta a firmar parcerias com Ministérios e demais agências do Estado restrito para promover *a sua* política agrícola. Caso se compare o II e o III Planos Diretores da Embrapa, destaca-se um aumento de 275% no total de projetos destinados aos aspectos técnico-gerenciais do agronegócio, demonstrando que apesar dos discursos da Empresa enfatizarem a integração da produção familiar, ela pouco faria a seu favor, subalternizada aos desígnios da Abag, cujos quadros de primeiro escalão tornaram-se, eles próprios, *dirigentes da Embrapa*, conforme os Quadros I e II a seguir.

#### QUADRO I – Diretores-Presidentes da Embrapa (1993 – 2007)

Diretor Presidente	Período	Dados de Trajetória
Murilo Xavier Flores	1991-1994	Agrônomo e Mestre em Economia Rural (1984). Secretário-executivo do Conselho do Pronaf (1996 a 1999); Diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Alberto Duque Portugal	1995-2001	Agrônomo e Dr. em Sistemas Agrícolas pela University of Reading (1982); diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (1978–1987); chefe-geral da Embrapa-Gado de Leite. <i>Diretor da Abasem, sócia da Abag</i>
Clayton Campanhola	2003-2005	Agrônomo; Dr em Entomologia pela Texas University. Diretor da <i>Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial</i> e da <i>Fundação Centro de Estudos de Comercio Exterior (Funcex)</i> , associadas à Abag.
Silvio Crestana	2005-2009	Físico, Dr. em Ciências e Pós-doutor em Ciências do Solo e Ambientais pela Universidade da Califórnia (1989). Professor da Pós-graduação em Engenharia Ambiental e Agronegócio na USP. <i>Professor do Pensa e Conselheiro de Agronegócio da Fiesp, sócia da Abag</i>

FONTES: Memória Embrapa ([www.embrapa.com.br](http://www.embrapa.com.br)), acesso em 10-10-2013; MENDONÇA,

op. cit., 2010.

**QUADRO II – Diretores Executivos da Embrapa (1991 – 2009) – por amostragem**

<b>Diretor Executivo</b>	<b>Período</b>	<b>Dados de Trajetória</b>
Fuad Gattaz Sobrinho	1991-1994	Paulista, PhD Ciência da Computação ( <i>University of Maryland</i> ), Inventor de nove tecnologias de <i>software</i> patenteadas e adotadas por mais de 300 multinacionais no Brasil; <i>Assessor da Abag</i> .
Elza Battaglia B. Cunha	1991-1994	Bach. Direito, Chefe da Secretaria de Propriedade Intelectual da Embrapa (2001 – 2003) e responsável pelos termos das negociações da Embrapa com parceiros privados; Ex-aluna do <i>Pensa</i> .
Alberto Duque Portugal	1991-1994	Agrônomo e Dr em Sistemas Agrícolas pela <i>University of Reading</i> (1982); diretor da Embrapa-MG (1978–1987). Foi Diretor da <i>Associação Brasileira de Sementes e Mudanças, associada à Abag</i> .
Márcio de M. Santos	1991-1994	Ms. Genética de Plantas; Dr. Genética Bioquímica pela USP (1991) e Pós-doutor pela <i>Harvard University</i> (1997); Consultor da <b>Funcex</b> , associada à <i>Abag</i> .
Elza Battaglia B. Cunha	1995-2002	Bach. Direito, Chefe da Secretaria de Propriedade Intelectual da Embrapa (2001 – 2003) e responsável pelos termos das negociações da Embrapa com parceiros privados; Ex-aluna do <i>Pensa</i> .
Dante Giacomelli Scola	1995-2002	Agrônomo, PhD Economia do Agronegócio pela Universidade de Wisconsin; Assessor da Presidência da <i>Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados</i> ; Vice-presidente da <i>Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica</i> (1998-2003), associada à <i>Abag</i> .
Bonifácio H. Nakasu	1995-2002	Ms. Horticultura & Fruticultura ( <i>Rutgers State University</i> ); Dr em Melhoramento Genético de Plantas pela mesma Universidade (1977); diretor técnico da <i>Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária “Edmundo Gastal”</i> (RS), vinculada à <i>Abag</i>
Mariza Marilena Barbosa	2003-2005	Economista Doméstica, Ms. e Dr <sup>a</sup> pela UFV; Coordenadora da <i>Secretaria de Cooperação Internacional da Embrapa</i> (1991-1993); <i>Assessora para assuntos internacionais do Ministério da Agricultura</i> (1993-1995); ex-aluna do <i>Pensa</i>
Gustavo Kauark Chianca	2003-2005	Dr em Economia e Sociologia pela <i>Université Sorbonne Nouvelle</i> ; Presidente da <i>Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro</i> (2002-2003), associada à <i>Abag</i>
Tatiana de Abreu Sá	2005-2009	Agrônoma, Especialista em Agrometeorologia pelo <i>International Institute of Tropical Agriculture</i> (1981), Ex-aluna do <i>Pensa</i> <sub>2</sub>

**FONTES:** Memória Embrapa ([www.embrapa.com.br](http://www.embrapa.com.br)), acesso em 10-10-2013; MENDONÇA, op. cit., 2010.

Como se depreende dos quadros, boa parte dos dirigentes da Embrapa entre 1993 e 2009 vinculou-se, direta ou indiretamente, ao chamado “*Sistema Abag*”. No Quadro I, dos quatro presidentes elencados, três provinham do “*Sistema*”, enquanto no Quadro II, os nove nomes elencados mantinham vínculos com o binômio Abag-Pensa. Todavia, a principal evidência da supremacia da Abag junto à Embrapa, reside no fato de ser ela mesma associada da agremiação<sup>41</sup>, o que permite concluir que *os interesses da Abag eram interesses da Embrapa e vice-versa*<sup>42</sup>. O III Plano Diretor

<sup>41</sup> ABAG. *ABAG 15 anos*. São Paulo: Abag, 2008, p. 54.

<sup>42</sup> Em 2008, publicação comemorativa dos 15 anos de existência da Abag, acusava a presença de 62 associados, dentre os quais empresas como Agco do Brasil; Monsanto; Agrocere Nutrição Animal Ltda; Algar S.A.; Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia); Associação Brasileira dos Criadores de Zebu; Associação da Indústria de Açúcar e Alcool; Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef); Banco do Brasil S. A; Banco Itaú BBA S/A; Basf S. A; Bayer S.A; Bolsa de Mercadorias e Futuros; Bunge Alimentos e Bunge Fertilizantes S.A; Latin America Ltda; Companhia Vale do Rio Doce; Coopavel Cooperativa Agroindustrial e a *Embrapa*, dentre outras.

da Embrapa ilustra a afirmativa, ao denominar como “ONGs” parceiros contratados pela Empresa para desenvolver projetos específicos, dentre eles a AGco, a Bunge, a Monsanto, a Empresa Brasileira de Sementes Ltda, a MITLA Pesquisa Agrícola Ltda, etc, muitas delas empresas transnacionais associadas à Abag. Logo, o III Plano Diretor aprofundaria, mais que nunca, seus vínculos com o agronegócio, privatizando o órgão estatal e terceirizando projetos com as próprias empresas deles beneficiárias. Diante do exposto fica patente o compromisso da Embrapa em promover a competitividade externa dos produtos brasileiros, desconsiderando aspectos como a geração de empregos no meio rural e a diminuição de disparidades regionais.

### **Comentários Conclusivos**

Como ficou patente, a fundação da Embrapa não implicou apenas em racionalizar atividades e gastos públicos em Pesquisa Agropecuária. Tampouco visou dar consistência institucional à atividade. *Ela foi instrumento do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional* e, por isso, sofreu, ao longo do período estudado, de uma *contradição intrínseca*: de um lado, ser constrangida a desenvolver tecnologias agrícolas indutoras do uso maciço de insumos modernos desnacionalizadores; de outro, o fato deste mesmo fator impedir a Empresa de gerar tecnologias apropriadas às realidades regionais do país, sob pena de confrontar os interesses do grande capital forâneo associado à Abag. Em publicação comemorativa dos quinze anos desta última, o presidente da Embrapa, Silvio Crestana, testemunharia que

A Abag, em seus 15 anos de existência, é uma dessas instituições em cujo DNA está a marca do Brasil agrícola, do Brasil competitivo, do Brasil moderno, do Brasil que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental em sua agricultura, *para minimizar as desigualdades regionais* e estar inserido de forma soberana no mundo globalizado. Nesse sentido, *Abag e Embrapa têm trabalhado em parcerias estratégicas*, nas quais o saber científico e tecnológico se une ao saber empresarial para gerar riqueza e bem-estar. *Parabenizamos a ABAG pelos 15 anos e agradecemos o apoio e incentivo à Embrapa e à pesquisa agropecuária brasileira.*<sup>43</sup>

Artigo recebido em 31.3.2018

Aprovado em 17.5.2018

---

<sup>43</sup> ABAG 15 anos, op. cit., p. 51, grifos meus.